

A criação literária foi e é, frequentemente, descrita e louvada como instrumento para retransmitir, com fidelidade, determinações pertencentes ao que é percebido como mundo real. Assim, identifica-se “produzir” (literatura) com “retratar”, “reproduzir” (realidades), ainda que a equiparação apresente matizes – entre estes, a ideia de que uma reprodução exata é obtida somente se o escritor conceber uma forma esteticamente adequada ao dado-alvo, ou seja, uma forma que revele, atualize, uma possibilidade constante do objeto-tema. De todo modo, o sentido de uma obra subordina-se a uma entidade superior, àquilo que as convenções referenciais aceitas – implícita ou explicitamente – pela operação de leitura definem como mundo real.

Alguns pesquisadores têm apontado tal perspectiva como predominante nos estudos literários brasileiros. Em prefácio a *Tal Brasil, qual romance?*, livro de Flora Süssekind, Luiz Costa Lima (1984, p. 12) registra que a autora investiga “o estrato mais persistente na cultura literária brasileira: o privilégio concedido ao documental, a literatura presa ao fato, a serviço da ‘verdade’, da pátria ou da ‘realidade’”. Quase 40 anos mais tarde, predomínio semelhante é confirmado e debatido por Nabil Araújo, que questiona a “ideologia estética *nacionalista-realista*, conformadora da leitura canônica perpetuada pela historiografia literária brasileira nos séculos XIX e XX [...]” (ARAÚJO, 2020, p. 124; grifo do autor). Araújo constata que a referida ideologia atribui à literatura o papel de representar a (suposta) realidade nacional – e de retratar componentes específicos desse conjunto.

Em contraste com essa tradição, que presume conhecer realidades “em si mesmas”, pretendo explorar a hipótese de o ato de produzir, de criar – e, mais especificamente, o de escrever –, não se identificar com reproduzir. Não vejo justificativa para que uma ou outra maneira de demarcar o mundo (e de definir elementos deste) se assuma como fundada no real “em si mesmo” e, pois, como tendo validade universal. Em outras palavras, não proponho totalizar e essencializar realidades, não compreendo determinações atuais como limitação do possível e, logo, como aquilo de que se deduziriam (e a que retornariam) as possibilidades – sejam estas escriturais ou não.

¹ Doutor e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da UFMG.

Minha proposta vai-se desdobrar em diálogo com os teóricos Wolfgang Iser (1993), Cornelius Castoriadis (2005) e Jean-Paul Sartre (2004).² Tais autores – em especial, o modo como abordam o conceito de imaginário – possibilitam caracterizar o ato escritural e, mais extensamente, toda modalidade de criação como uma transformação não-originada, como uma causação não-causal, em que se compõe uma mútua contextualização, uma tensão-cooperação, entre a presença de elementos dados e a anulação destes mesmos elementos. Ao efetuar-se como uma virtualmente infinita transgressão de fronteiras, de sentidos existentes, o processo criador é responsável por toda determinação e, ao mesmo tempo, faz com que esta seja sempre relativa e provisória.

Ao referir-se a como Castoriadis (2005), em *The imaginary institution of society* (publicado originalmente em francês), entende as criações sociais, Iser (1993, p. 221) afirma que a criação “não é nem uma *creatio ex nihilo* nem a re-criação do que já foi criado; ela é a autotransformação do institucionalizado”. Castoriadis poderia endossar tal definição, mas este também afirma que, em certo sentido, acontece uma *creatio ex nihilo*: toda sociedade surge – gera a si mesma – sem poder remeter-se a alguma prévia determinação. No que toca a certa sociedade, nada existe que não tenha sido (auto)criado por ela: as “coisas” aparecem – destacam-se no que seria um “caos indiferenciado” (CASTORIADIS, 2005, p. 147) – apenas quando a sociedade se autoinstitui. Uma sociedade sustenta-se em significações que “*criam* objetos *ex nihilo*, organizam o mundo (o mundo ‘externo’ à sociedade, o mundo social e a mútua inerência de um e outro)” (CASTORIADIS, 2005, p. 361; grifo do autor).

Em Castoriadis, a mesma variação (entre operar-se ou não uma *creatio ex nihilo*) mostra-se, implicitamente, na ideia de que a criação social é inteiramente arbitrária e, em certo sentido, não o é (cf. CASTORIADIS, 2005, pp. 135, 154, 160 e 204-205), e na de que a matéria-prima de tal criação compõe um “caos indiferenciado” (como citei acima) e algo não designável como “caos” (cf. CASTORIADIS, 2005, p. 121). Nessa aparente incoerência teórica, percebo uma maneira de expressar, quanto à criação, a tensa coexistência de prosseguimento e corte. Ao se autodefinir, o humano-social “recorre” a alguns dados, mas estes dados, como quer que sejam caracterizados, não determinam o que será/é criado e, portanto, não explicam o que o autor chama *sócio-histórico*, ou seja, as variações nas e a evolução das formas da vida humana – as variações da variação, pois o sócio-histórico não designa uma essência de sociedade.

² Os trechos das três obras transcritos no presente trabalho foram traduzidos por mim. Quanto ao texto de Sartre, a edição inglesa foi cotejada com o original, escrito em francês (cf. SARTRE, 1986).

Desse modo, a criação pressupõe a si, sempre já começou, já está no meio, demarca um processo cujos componentes não correspondem a entidades anterior ou exteriormente existentes. Ela própria gera um “caos” (uma quase indiscernibilidade entre “materiais”, não identificados), algo como um “mundo” percebido sob a perspectiva de uma sociedade por vir. No mesmo ato, a criação reage ao “caos”: a própria distinção – e, pois, o parâmetro distintivo – entre componentes tem que ser (e sempre é) criada, pois se institui um mundo, uma nova organização.

Como a (auto)criação é infundada, não há o que a predetermine nem o que a conclua. “Como a determinação é apenas um produto, ela pode ser novamente destruída [...]”, escreve Iser (1993, p. 210). Uma determinação, além de surgir quando o dado é ultrapassado, está sempre ultrapassando a si mesma. A transformação gera e continua a desfazer o gerado, direcionando-o para o inexistente; a cada momento, a existência humana supera-se no ato de produzir o mundo e em relação a um “fora” feito de atualidades e potencialidades. O que chamo “fora”, o “inexistente”, parece ser indicado, em Castoriadis, pelo termo *magma*, caracterizável como a “zona” de quase indiscernibilidade da/na qual o criado distingue-se e para a qual este não cessa de se remeter. O magma é (já) criação, mas é (ainda) uma diversidade não identitária, feita de elementos não formados. Iser (1993, p. 211) considera o magma “uma metáfora básica para o determinado em estado de mutação [...]”. É um fluxo material-abstrato que não para de “liquefazer o que era sólido e de solidificar o que era quase inexistente” (CASTORIADIS, 2005, p. 244).

O processo histórico, segundo Castoriadis – e, posteriormente, Iser –, tece uma cadeia interminável de “obras” nas quais se manifesta o *imaginário*, potência de indeterminação e condição de possibilidade para qualquer determinação. O imaginário não é indeterminado, mas sim o “outro” da determinação, isto é, “a potencial transformação do determinado” (ISER, 1993, p. 210). Não se descreve uma oposição entre o não-ser e o ser, mas um processo ininterrupto que tanto produz quanto elimina determinações. O determinado é uma possibilidade a coexistir com outras possibilidades, ou melhor, com a possibilidade de surgirem possibilidades não-dadas.

Em *The fictive and the imaginary*, Wolfgang Iser cita, ratifica e desenvolve o modo como o processo histórico e a criação são entendidos por Castoriadis. Segundo Iser, a dicotomia real/ficcional impede uma investigação satisfatória sobre a ficcionalização que, operada na literatura – e fora desta –, faz interagirem o dado e o imaginado. Ele propõe que a díade seja substituída por uma tríade formada por real, fictício e imaginário, componentes

apreensíveis apenas em suas mútuas contextualizações, as quais podem ter aspectos virtualmente ilimitados.

No sistema iseriano, o imaginário também é configurado como potência de indeterminação e como condição de possibilidade para toda determinação. O imaginário, percebe Iser, é inativo, não possuindo intencionalidade por si próprio: ele manifesta-se ao ser mobilizado por um ativador provido de intenções, as quais podem ter distintos graus de precisão e exercer um papel mais ou menos diretor.

Por serem diversas as possíveis operações ativadoras, variam as formas nas quais o imaginário pode transparecer. Além de articular obras literárias, a ficcionalização exerce “papéis vitais nas atividades de cognição e comportamento, bem como na fundação de instituições, sociedades e cosmovisões” (ISER, 1993, p. 12). O fictício compele o imaginário a participar de uma intervenção no real – ou melhor, nos campos de referência que constituem o que é apreendido como mundo empírico. No ato fictício, o mundo demarcado como referencial tem transgredidas suas fronteiras, as quais tornam-se um *background* ante o qual se desenha a transgressão. “Por conseguinte, o fictício simultaneamente desfaz e duplica o mundo referencial” (ISER, 1993, p. xv). Porém, como observa Iser, a transgressão – e, pois, sua dualidade insolúvel entre manutenção e ruptura – é ocultada nas ficções que “mascaram” a própria ficcionalidade, ficções que criam formas (verbais ou não) de esconder seu próprio caráter de criação e autocriação.

O modo como o ato fictício configura-se depende do contexto no qual intervém e do tipo de intervenção – isto é, do uso – intentado-executado. Tematizada quando abordei Castoriadis, a (auto)instituição de sociedades – processo designado como “sócio-histórico” – é um dos usos do fictício. Embora Iser proponha que o fictício e o sócio-histórico se distingam entre si enquanto ativadores do imaginário, considero que o sócio-histórico pode ser entendido como modalidade do fictício, pragmática, mais dirigida/diretora, se comparada com o modo literário. Na maneira como é entendido e vivido em determinado contexto, o sócio-histórico pode ter mascarada sua ficcionalidade, mas também pode instituir meios de esta ser explicitada e questionada.

Mesmo uma criação intensamente imaginativa, como a artística, processa-se a partir de possibilidades constituintes do, e constituídas pelo, sócio-histórico. A cada momento, a sociedade preconstitui possíveis e impossíveis; mesmo o que “não existe” é definido quanto à sua possibilidade ou impossibilidade de “vir a ser”. Porém, antes mencionei outra forma de se conceber o inexistente, este como um “limiar” ou “direção” apenas entrevisto, mas que é, subitamente, acionado: neste movimento, a/uma sociedade “acelera-se”, lançada em uma

(auto)transformação mais ou menos intensa e abrangente. O fictício, como configurado por Iser, parece ser o acionador, o acelerador, múltiplo e deslimitado.

Por outro lado, quando oculta seu caráter de coisa criada (e, pois, de coisa eliminável), a ficção é desaceleradora ou, até, estagnadora: essa (auto)transformação tenta – e funciona como se conseguisse – enfraquecer ou impedir alguma (outra) transformação. Porém, esses efeitos são relativos. É necessário que tal construção continue a se (re)criar, a desdobrar-se em atos que a reproduzam, ou antes, que sejam (auto)classificados como reprodutores – apesar de se poder percebê-los como criadores –, atos que se oponham a outras possibilidades – podendo, pois, ser descritos como contracriadores. Se for desfeito (repercebido) por/em uma ficção assumidamente criadora, o mundo perde a (aparente) constância: ele varia ao ser colocado em observação e ter sustada sua validade.

Ao conduzir “o real para o imaginário e o imaginário para o real”, o ato ficcionalizante condiciona a extensão e a intensidade em que um mundo dado será ultrapassado para que um mundo não-dado possa surgir (ISER, 1993, p. 4). Porém, tal ato apenas gera uma moldura cujo preenchimento exige a intervenção imaginante:

Pois, enquanto transgressão de fronteira, a ficcionalidade é um ato de pura consciência cuja intencionalidade é pontilhada com indeterminações, e portanto pode manter, quanto ao seu alvo, apenas a direção geral. Desse modo, o ato ficcionalizante provê uma moldura para o que deve ser captado, mas a intenção do ato não fornece uma imagem concreta com que a moldura seria preenchida (ISER, 1993, p. 234).

Este trecho refere-se, especificamente, à ficcionalidade literária, mas me parece aplicável às outras espécies de ficção, desde que se considere que esta pode mascarar seu caráter transgressor e que a “moldura” pode ser mais ou menos (in)determinada e, correspondentemente, diretora – a “moldura” pode, talvez, articular mais do que apenas uma “direção geral”. A operação do fictício não é apreensível senão em conjugação com o imaginário e o real, mas Iser lhe atribui uma contribuição peculiar: o fictício gera uma moldura vazia, figura que, noutro excerto, é indicada como “horizonte”:

A ficcionalização cria um horizonte de possibilidades em relação ao que é; nesse sentido, ela continua ligada a realidades. Mas enquanto realidades são concretas, as possibilidades são abstratas, pois estas resultam da transgressão de fronteira e, então, não podem ser moldadas pelo que superaram. O horizonte de possibilidades entrevisto pela transgressão de fronteira modifica, inevitavelmente, a realidade excedida (ISER, 1993, p. 230).

Iser descreve algo ambíguo, um “momento” pós-real e pré-imaginação. O fictício não invalida a realidade, pois, como ensina Jean-Paul Sartre em *The imaginary* (livro originalmente publicado em francês), “o que é anulado deve ser imaginado” (SARTRE, 2004, p. 188), isto é, deve-se imaginar um irreal “que é nada em relação ao mundo e em relação ao qual o mundo é nada” (SARTRE, 2004, p. 187). Porém, Iser, ao definir como transgressora a “moldura” provida pelo fictício, observa que esta supera e *modifica* a realidade. A ambiguidade é realçada quando esse autor, após o trecho transcrito imediatamente acima, reforça que toda modificação – isto é, o ato que retira da realidade-alvo o status de real e, assim, aciona a determinação de possibilidades alternativas – é qualidade da imaginação. Em seguida, Iser (1993, p. 231) volta a sugerir a “moldura” vazia como anuladora, como se esta função não pertencesse ao imaginário (ou ao modo como este se manifesta).

Desse modo, o argumento de Iser contém uma ambiguidade comparável a um paradoxo apresentado por Sartre em *The imaginary*. Ao concluir seu estudo sobre o que entende por imaginação e imaginário, Sartre busca definir as condições necessárias para que a consciência consiga imaginar. Segundo o autor, a possibilidade de anular o mundo é uma condição para a percepção, já que algo é percebido – isto é, aparece como real na e para a consciência – apenas ao destacar-se como elemento de um totalidade, de um mundo diante (livre, à parte) do qual se coloca a consciência perceptiva. Por seu turno, imaginar – segundo Sartre, formar um objeto da consciência posto como não percebido presentemente – é afastar o universo real e contrastá-lo com um objeto irreal. Nesse ato, negar o mundo é condição para que se coloque a imagem, esta também negada em sua irrealidade.

Sartre observa que cada percepção forma uma *situação* particular, uma maneira de apreender o real como mundo. A cada momento, a situação, por ser uma anulação do mundo, é “a motivação para a constituição de um objeto irreal, qualquer que seja este [...]”; ela “tende, por si mesma, a chegar à produção de objetos irreais [...]” (SARTRE, 2004, p. 185). A negação realizante seria algo como uma semi(ou proto)negação, sempre à espera da imaginação que a prosseguisse.

[...] se a função anuladora pertencente à consciência [...] é o que possibilita o ato da imaginação, deve-se acrescentar, reciprocamente, que tal função pode manifestar-se apenas em um ato imaginante. Não pode haver uma intuição do nada, precisamente porque o nada é nada e porque toda consciência – intuitiva ou não – é consciência de algo. O nada pode ser dado somente como uma infraestrutura de algo (SARTRE, 2004, p. 186-187).

Então, o mundo não poderia ser negado senão quando contrastado com um objeto imaginário. O caráter paradoxal de uma “etapa” (a percepção) que já é negadora e ainda não o é ressaltar-se em um trecho subsequente, que desenvolve – e relativiza – a seguinte proposição: “todo existente, assim que é apresentado, é conseqüentemente ultrapassado. Mas ele tem que ser ultrapassado *em direção a algo*. O imaginário é, em todo caso, o ‘algo’ concreto em direção ao qual o existente é ultrapassado” (SARTRE, 2004, p. 187; grifo do autor). Ao discutir tal ideia, Sartre (2004, p. 187) indica que a percepção do real é “anulação do existente”, mas que pode não o ser ou sê-lo potencialmente (por estar “cativada pelo real”, próxima demais ao mundo). Desse modo, a percepção define uma situação e não a define, já que esta se determina em relação a uma imaginação particular. O momento em que a realidade surge como mundo é impreciso: antes da intervenção imaginária, ou com esta, ou num processo que se consolida nesta.

Nas ideias problemáticas que comentei, Sartre e Iser sublinham, implicitamente, a complexa posição do agente responsável por ativar (Iser) ou motivar (Sartre) a imaginação. A consciência realizante (Sartre) – “situante” e em-situação – e a ação ficcionalizante (Iser) afastam-se num aspecto fundamental: Sartre concebe (às vezes) a primeira como anterior à ativação do imaginário; já a ficcionalização, segundo Iser, não opera sem o imaginário. Não obstante essa diferença, ambas definem-se como ligadas ao que é percebido como real – como se o estendessem em alguma medida – e, a rigor, são necessárias para que se constitua um real, aquilo que a cada vez é percebido como mundo. Ao mesmo tempo, já o superam, ainda que tal superação aguarde ou suponha o golpe fatal (imaginante): o mundo conforma-se quando, ao menos potencialmente, é invalidado.

Podemos usar tais variações conceituais como indicativas da dificuldade de se conceber uma operação “marginal”, processada na “margem” de certa realidade, em um posicionamento que ainda é certo mundo e não mais o é, que marca o limite de um mundo e a passagem para outro mundo (ou para um não-mundo) – quero aproveitar a ambiguidade do termo “margem”, que pode indiscernir dentro e fora, próprio e impróprio (ou alheio, estrangeiro). Uma posição que tem o mundo como referência e que se abre – abre o mundo – a uma criação não-referencial; que, a um só tempo, usa e recusa o mundo. Com intensidades e finalidades variadas, a situação sartriana e o ato fictício “pressionam” o elemento determinado, assim deslocado até sua “margem”, preparado *de certo modo* para a intervenção do imaginário. Uma “coisa” é percebida já em “descoisificação”, como fluxo que pode demarcar-tragar o mundo.

Ato intencional, o fictício abre rasgos, indetermina determinações, determina indeterminações, em uma convergência tensa, pressionada de dois lados e pressionando-os. Em sua função particular, o fictício suspende e fica suspenso, dirigido a uma meta não-meta: ele convoca o que, no imaginário, pode ser realizante (pois o imaginário *existe* por/em atualizações); fiska o que, no real, não se estabelece (pois, no criado, a criação, origem não-original, mantém sua potência indestrutível, incontrolável). O fictício não gera nem repete o determinado (embora possa atuar como se fosse repetição, articular-se segundo uma linha compositiva que tencione repetir-se); esboça, beira o criar, mas o salto é dado apenas pela/na imaginação, que lança um processo potencialmente infinito.

A tríade iseriana (real-fictício-imaginário) é inconciliável com certa concepção de mimesis, segundo a qual o representado imita um dado cuja determinação, percebida como intrínseca, independe da representação. Tal horizonte conceitual é reiterado pela perspectiva teórico-crítica referida no começo do presente trabalho, pois ela supõe uma dicotomia entre o real e a ficção: esta é uma espécie de desvio secundário, ou melhor, pode parecer um desvio, mas ganha significado ao ser “devolvida” ao fundamento real. Quanto à ficção literária, a leitura deveria efetuar a “devolução”, em um círculo que seria afirmado na própria obra – esta seria uma representação correta, exata – ou executado a despeito de “distorções” atribuídas ao texto. Enquanto Iser percebe que o fictício desfaz e duplica o mundo, o citado olhar mimético capta, no e para além do material escrito, apenas – isto é, “fundamentalmente” – duplicação, mesmo quando o mundo é “desfeito”, no sentido de falseado (mal retratado). Mascara-se a ficcionalidade do campo referencial tido como parâmetro (ainda que não declarado); e a literatura é forçada a, “essencialmente”, mascarar-se. A ideia de ato, de intervenção no/com o real – mais especificamente, de ato escritural –, é ignorada ou, no mínimo, esmaecida.

Em contraste com essa perspectiva, podemos entender a escrita como um espaço marginal, conforme a demarcação ambígua que “margem” ganhou acima. Um mundo – feito, inclusive, de outros produtos escritos – é reconhecido, retomado, ao ser, com mais ou menos extensão e intensidade, desintegrado e direcionado para uma nova determinação; ao situar certos “dados”, o escritor afasta-se deles e desdobra-os em algo imaginário. Mesmo quando o ato escritural se conclui, o mundo continua, potencialmente, a ser desfeito em/como redeterminações: o escrito é uma margem potencial, (re)ativável por meio do ato de leitura e das referências que este mobilizar. O caráter transgressor é atribuível, em especial, à produção literária, ou melhor, à vocação imaginarizante descrita por Iser, autor que compreende a literatura como meio virtualmente ilimitado – porque livre de ocupações pragmáticas imediatas – de encenação do processo que fabrica (o/um) mundo e, pois, como meio de

exploração da informe “plasticidade” humana (cf. ISER, 1993, p. 296-303). A obra literária transgride, consolida certa transgressão, e projeta-permite-recebe possíveis transgressões; mapeia futuros a serem concebidos, que alteram realidades e são possíveis alterações; futuros em aberto, inexistências, incessantes deslocamentos da realidade em direção ao “fora”.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Nabil. O que é que resiste, afinal, na resistência à teoria? (Historiografia literária, violência canônica, domesticação da alteridade). *Revista Criação & Crítica*, n. 26, p. 109-135, jun. 2020.

CASTORIADIS, Cornelius. *The imaginary institution of society*. Translated by Kathleen Blamey. Cambridge: Polity Press, 2005.

COSTA LIMA, Luiz. Prefácio. In: SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance?* – uma ideologia estética e sua história: o naturalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984. p. 11-13.

ISER, Wolfgang. *The fictive and the imaginary: charting literary anthropology*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.

SARTRE, Jean-Paul. *L'Imaginaire*. Psychologie phénoménologique de l'imaginaire. [S.l.]: Gallimard, 1986.

SARTRE, Jean-Paul. *The imaginary*. A phenomenological psychology of the imagination. Translated by Jonathan Webber. London: Routledge, 2004.